

(Do Sr. Dr. Talmir)

O Congresso Nacional decreta:

Parágrafo único. A destinação das vagas deve ser feita na proporção da gravidade das deficiências e conforme as aptidões físicas e psíquicas dos beneficiados.

JUSTIFICAÇÃO



O texto constitucional contempla expressiva proteção às pessoas portadoras de deficiência, como ilustram, dentre outros, os seguintes dispositivos, *in verbis*:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;”

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

.....

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.”

O que propomos aqui é a reserva de vagas de, no mínimo, 2% (dois por cento) a cada 100 vagas disponíveis em frentes de trabalho para a contratação de pessoas portadoras de deficiência, como forma de integrá-las ao mercado de trabalho, ainda que nas frentes emergenciais de trabalho desenvolvidas diretamente pela União Federal ou em convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A idéia não é nova, pois existe iniciativa legislativa concreta no mesmo sentido prevista no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991:

“Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.



§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.”

Não há quebra do pacto federativo, pois não estamos propondo qualquer invasão de competências constitucionais legislativas e/ou administrativas dos entes federados, as autonomias estão preservadas. Apenas estamos estabelecendo reserva mínima de vagas em frentes emergenciais de trabalho ofertadas diretamente pela União Federal ou quando ela celebrada convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para pessoas portadoras de deficiências, segundo a gravidade de suas limitações físicas e psíquicas, o que é perfeitamente constitucional e de elevado alcance social.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado DR. TALMIR



ArquivoTempV.doc

